

A DESCOLONIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO: POR UMA PLURALIDADE DE VOZES, SABERES E PROJETOS HISTÓRICOS ÉTICOS-EPISTÊMICOS (13)

Clara Guimarães Melo
IPPUR/UFRJ | clr.gmelo@gmail.com

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: Este artigo explora a relação entre colonialidade e planejamento urbano, questionando a persistência de formas de dominação mesmo após a remoção das administrações coloniais. Utilizando a categoria de colonialidade, o estudo aborda três dimensões desse fenômeno, a colonialidade do poder, do ser e do saber, que continuam a moldar as relações sociais, identidades e conhecimentos, destacando a hegemonia epistêmica do Norte Global. No campo do planejamento urbano, analisa-se como as práticas coloniais estão imbricadas desde os primeiros povoados urbanos até os modelos contemporâneos, como o planejamento estratégico de cidades. A proposta do trabalho é desafiar as narrativas hegemônicas do planejamento moderno, apresentando teorias críticas pós-coloniais que defendem a inclusão de saberes de povos subalternizados e novas metodologias comprometidas com a justiça social. Acredita-se que tais reflexões possam contribuir tanto para ampliação do debate crítico, acerca da teoria e prática do planejamento urbano, quanto para o fortalecimento dos movimentos de contestação dos povos subalternizados.

Palavras-chave: Colonialidade; Planejamento Urbano; Pluralidade Epistêmica; Saberes Subalternizados; Justiça Social.

THE DECOLONIZATION OF URBAN PLANNING: FOR A PLURALITY OF VOICES, KNOWLEDGES, AND ETHICAL-EPISTEMIC HISTORICAL PROJECTS

Abstract: *This article explores the relationship between coloniality and urban planning, questioning the persistence of forms of domination even after the removal of colonial administrations. Using the category of coloniality, the study addresses three dimensions of this phenomenon: the coloniality of power, being, and knowledge, which continue to shape social relations, identities, and knowledge, highlighting the epistemic hegemony of the Global North. In the field of urban planning, it examines how colonial practices have been embedded since the earliest urban settlements up to contemporary models, such as strategic city planning. The aim of the work is to challenge the hegemonic narratives of modern planning by presenting post-colonial critical theories that advocate for the inclusion of knowledge from subaltern peoples and new methodologies committed to social justice. It is believed that such reflections can contribute to the expansion of the critical debate on urban planning theory and practice, as well as to the strengthening of resistance movements by subaltern peoples.*

Keywords: *Coloniality; Urban Planning; Epistemic Pluralism; Subaltern Knowledge; Social Justice.*

LA DESCOLONIZACIÓN DEL PLANEAMIENTO URBANO: HACIA UNA PLURALIDAD DE VOCES, SABERES Y PROYECTOS HISTÓRICOS ÉTICO-EPISTÉMICOS

Resumen: *Este artículo explora la relación entre colonialidad y planificación urbana, cuestionando la persistencia de formas de dominación incluso después de la eliminación de las administraciones coloniales. Utilizando la categoría de colonialidad, el estudio aborda tres dimensiones de este fenómeno: la colonialidad del poder, del ser y del saber, que continúan modelando las relaciones sociales, identidades y conocimientos, destacando la hegemonía epistémica del Norte Global. En el campo de la planificación urbana, se analiza cómo las prácticas coloniales han estado entrelazadas desde los primeros asentamientos urbanos hasta los modelos contemporáneos, como la planificación estratégica de ciudades. La propuesta del trabajo es desafiar las narrativas hegemónicas de la planificación moderna, presentando teorías críticas poscoloniales que abogan por la inclusión de saberes de los pueblos subalternizados y nuevas metodologías comprometidas con la justicia social. Se cree que tales reflexiones pueden contribuir tanto a la ampliación del debate crítico sobre la teoría y práctica de la planificación urbana, como al fortalecimiento de los movimientos de resistencia de los pueblos subalternizados.*

Palabras clave: *Colonialidad; Planificación Urbana; Pluralidad Epistémica; Saberes Subalternizados; Justicia Social.*

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, prevaleceu a narrativa de que a remoção das administrações coloniais resultaria na descolonização global e na plena autonomia dos povos colonizados. Contudo, o contexto pós-colonial revela que essas administrações se perpetuaram sob novas formas de poder no sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Para Quijano (2014), esse fenômeno manifesta-se em três dimensões fundamentais: a colonialidade do poder, refletida na subordinação promovida pelo padrão mundial capitalista; a colonialidade do saber, que sustenta um conhecimento eurocêntrico; e a colonialidade do ser, que reafirma a noção de superioridade natural europeia. No campo epistêmico, a colonialidade se traduz na supremacia da cosmologia e dos saberes do Norte Global, apresentados como universais, neutros e objetivos. Essa visão, profundamente legitimada pela tradição científica ocidental, universaliza categorias que ocultam e marginalizam saberes vinculados a contextos culturais e históricos distintos. Em outras palavras, a hegemonia epistêmica do Norte resultou no silenciamento das vozes do Sul Global e dos grupos historicamente subalternizados (QUIJANO, 2014). Pensar a partir da categoria de colonialidade significa questionar a visão de conhecimento produzida até então e suas relações de dominação.

O campo do planejamento urbano, assim como outros campos do conhecimento, está fundamentado em raízes coloniais profundas, que podem ser observadas desde os primeiros povoados urbanos portugueses até as práticas contemporâneas de planejamento estratégico de cidades. Essas reflexões demonstram que o processo de descolonização vai além da simples remoção das administrações coloniais, trata-se de algo complexo e profundo que exige uma reavaliação das relações de poder, do conhecimento e da identidade (QUIJANO, 2014).

O que ocorreria se retirássemos a narrativa ocidental do centro da nossa compreensão histórica e cultural? No campo do planejamento urbano, seria possível ressignificar velhas práticas e sugerir novas metodologias e atores? O presente trabalho parte dessas questões e visa propor uma análise crítica da narrativa hegemônica do planejamento urbano moderno. Para sistematizar e organizar a análise, o artigo foi estruturado em três tópicos principais, além da presente introdução. O primeiro tópico, denominado do colonialismo à colonialidade, propõe uma conceitualização do sistema-mundo capitalista moderno/colonial, a partir da categoria de colonialidade, buscando discutir as bases nas quais o conhecimento hegemônico é construído, validado e disseminado. Para tanto, foram utilizados autores como Aníbal Quijano (2014), Boaventura de Sousa Santos (2002, 2009) e Ramón Grosfoguel (2009). O tópico seguinte, perspectivas coloniais e pós-coloniais do planejamento, sugere uma análise das teorias sobre o planejamento urbano, visando identificar suas lacunas, limitações epistemológicas e uma abordagem comprometida com os princípios da justiça social. Aqui, são apresentados autores como Leonie Sandercock (1998), Libby Porter (2010), Ananya Roy (2005), Oren Yiftachel (2009) e Faranak Miraftab (2016), cujos trabalhos desafiam o conhecimento hegemonicamente estabelecido, apresentando

abordagens críticas pós-coloniais que promovem a inclusão de saberes de povos subalternizados e suas formas particulares de auto-organização.

Importante ressaltar que este trabalho não rejeita as formas tradicionais de planejamento urbano, mas propõe uma descolonização desse pensamento, por meio da incorporação de valores, conhecimentos e significados que resultem em uma diversidade de formas de pensar e viver o espaço, como sugere Leonie Sandercock (1998). Nesse sentido, a categoria de colonialidade e suas dissidências constituem importantes referenciais teóricos para questionar as bases hegemônicas da produção do conhecimento e fornecer ferramentas críticas que desafiem a centralidade da epistemologia eurocêntrica. Trazer essas abordagens para o centro do debate acadêmico é criar possibilidades para a construção de epistemologias mais inclusivas e fortalecer um pensamento crítico sobre a teoria e a prática do planejamento urbano.

DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE

Toda experiência social produz conhecimento e, ao fazê-lo, tem o poder de moldar as formas como compreendemos e interpretamos a realidade. Embora as experiências possam ser baseadas em diversas epistemologias, o que prevaleceu nos últimos dois séculos foi a hegemonia de uma única fonte teórica, assentada na diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e no contexto político do colonialismo e do capitalismo. Essa diferença criou um processo de deslegitimação de práticas e saberes divergentes dos interesses colonizadores, resultando no apagamento ou silenciamento de outras formas de conhecimento (Santos, 2009).

Uma das grandes revoluções teóricas nas Ciências Sociais foi a introdução da categoria de colonialidade, e sua nova compreensão sobre a estrutura social e epistêmica do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. Proposta pelo sociólogo Aníbal Quijano (2014), essa categoria ressignificou o colonialismo ao incorporar a noção de “raça” como um elemento central na análise do poder global capitalista. Assim, o racismo passou a ser compreendido como uma parte essencial e indissociável da divisão internacional do trabalho e da acumulação capitalista em escala global. A categoria de colonialidade implicou em novas abordagens, dentre elas a defendida pela rede de intelectuais e pesquisadores Latino-Americanos Modernidade/Colonialidade. Esse movimento, que tinha como objetivo investigar as interconexões entre modernidade, colonialidade e capitalismo, surgiu como uma resposta crítica à visão hegemônica da modernidade, frequentemente entendida como um processo linear de progresso, separado das dinâmicas de exploração e dominação do colonialismo.

A principal contribuição teórica do grupo foi a desconstrução de uma crença do século XX: de que o fim do colonialismo resultaria na descolonização global. Para Quijano (2014), embora as administrações coloniais tenham sido extintas politicamente, elas continuaram a operar no mundo moderno por meio de um processo inacabado de dominação direta — política, social e cultural — denominado colonialidade. Este fenômeno manifesta-se em três

dimensões fundamentais: a colonialidade do poder, refletida na subordinação promovida pelo padrão mundial capitalista; a colonialidade do saber, que sustenta um conhecimento eurocêntrico, neutro, universal, racional e objetivo; e a colonialidade do ser, que reafirma a noção de superioridade natural europeia (QUIJANO, 2014).

A pretensa superioridade do saber europeu, considerado legítimo e universal, permeou diversas esferas da vida e tornou-se um pilar central da colonialidade do poder. No contexto do sistema-mundo colonial/moderno, essa colonialidade resultou na exclusão sistemática e no silenciamento dos saberes e modos de vida dos povos subalternizados. A imposição da racionalidade europeia como única forma válida de conhecimento, marginalizou outras cosmologias, epistemologias e formas de organização social. Para Santos (2009), esse processo de anulação, desqualificação e deslegitimação das formas de conhecimento locais, atrelado à modernidade/colonialidade, resultou no que ele chama de “epistemicídio”. Em outras palavras, a colonização não foi apenas uma violência política e econômica, mas também epistemológica, na medida em que os saberes dos povos subalternizados foram invisibilizados. Como uma forma de resgate desses saberes, Santos (2002) propõe uma abordagem que contemple tanto as “ausências” quanto as “emergências” no conhecimento social. A sociologia das ausências, trata das formas de exclusão e silenciamento dos povos e culturas do Sul Global, manifestando-se em cinco lógicas principais. A primeira é a monocultura do saber, representada pela ciência moderna e pela alta cultura, que estabelece os critérios exclusivos de verdade e qualidade estética. A segunda é a monocultura do tempo linear, que vê a história como um processo único e direcional, tendo como os pioneiros desse movimento os países centrais do sistema mundial. A terceira diz respeito à monocultura da naturalização das diferenças, na qual categorias como as raciais e sexuais são usadas para hierarquizar as populações. A quarta lógica é a da escala dominante, que marginaliza todas as outras escalas possíveis, como ocorre na modernidade ocidental, onde o local e o particular são oprimidos em favor do universal ou global. A quinta lógica envolve a monocultura produtivista, que estabelece o crescimento econômico como objetivo racional inquestionável, aplicável tanto à natureza quanto ao trabalho humano (SANTOS, 2002).

Em contraposição a essa sociologia das ausências, Santos propõe a sociologia das emergências, que visa desconstruir as cinco formas de exclusão através da reconstrução de novas ecologias. A primeira delas é a ecologia de saberes, que busca reconhecer e destacar novos saberes e práticas sociais que emergem fora das estruturas dominantes de poder e conhecimento. A segunda é a ecologia das temporalidades, que toma como referência diferentes concepções de tempo, rompendo com o cânone temporal da modernidade ocidental. A terceira lógica é a ecologia dos reconhecimentos, que visa desconstruir a hierarquia das diferenças sociais. A quarta é a ecologia das trans escalas, que exige o exercício da imaginação cartográfica para visualizar as relações entre escalas locais e globais. Por fim, a ecologia de produtividade propõe a valorização dos sistemas alternativos ao paradigma produtivista capitalista, desafiando a primazia do crescimento econômico e do acúmulo de capital (SANTOS, 2002).

Essas reflexões apresentam um desafio epistemológico, ético e político significativo. O resgate dos saberes e atores subalternizados é crucial, pois todo conhecimento está epistemologicamente situado — seja no lado dominante ou no lado subalterno das relações de poder. O sucesso do sistema-mundo capitalista colonial moderno reside em sua capacidade de levar os sujeitos oprimidos a adotarem a perspectiva epistemológica dos dominantes (GROSFUGUEL, 2009). Essa hierarquização de povos e saberes se manifesta na forma como diferentes grupos foram classificados ao longo da história, como "povos sem escrita", "povos sem história", "povos sem desenvolvimento", e, mais recentemente, "povos sem democracia" (GROSFUGUEL, 2009, p. 388). A narrativa de subalternização legitimou as relações de dominação colonial, consolidando uma ordem mundial que perpetua desigualdades entre o Norte e o Sul globais, e entre o conhecimento hegemônico e os saberes locais.

A modernidade, como foi construída, dependeu da exploração e subjugação dos povos colonizados, estabelecendo uma estrutura de poder global que continua a perpetuar desigualdades. Portanto, ela deve ser vista não apenas como uma fase histórica, mas como um fenômeno intrinsecamente vinculado à colonialidade e suas hierarquias raciais, culturais e sociais. Repensar criticamente a modernidade exige uma epistemologia de fronteira, que leve em conta as experiências geopolíticas e históricas. O reconhecimento das hierarquias e a crítica à suposta neutralidade do saber europeu abrem espaço para a valorização de outras epistemologias que foram historicamente invisibilizadas. Ao desconstruir esse mito, podemos estabelecer um diálogo mais horizontal entre diferentes formas de conhecimento, rompendo com a lógica colonial que privilegia o saber europeu. Esse movimento tem profundas implicações para o campo do conhecimento, tanto no processo de descolonização do sistema-mundo quanto na legitimação das perspectivas subalternas. Isso possibilita a construção de um conhecimento mais plural, amplo e inclusivo (GROSFUGUEL, 2009).

A colonialidade, como uma condição estrutural e contínua, também se expressa no campo do planejamento urbano. Haja vista que a colonialidade não foi apenas responsável por moldar fisicamente os primeiros povoados urbanos, mas também por impor práticas, modos de ser e estar no território pautadas por uma matriz eurocêntrica que persiste até hoje. Descolonizar o planejamento urbano significa reconhecer e desconstruir esses legados, adotando práticas mais inclusivas que valorizem outras formas de conhecimento em prol da justiça social. O objetivo não é criar uma história "oficial" do planejamento, mas compreender o planejamento de maneira mais ampla, a partir de uma pluralidade de vozes, saberes (Sandercock, 1998) e projetos históricos ético-epistêmicos (Santos, 2009).

PERSPECTIVAS COLONIAIS E PÓS-COLONIAS DO PLANEJAMENTO

Teorizar o planejamento urbano é uma prática complexa que envolve diversos agentes, uma ampla gama de abordagens e uma abrangente dimensão territorial. Embora as

tradições ocidentais e modernistas ainda dominem o campo, observa-se a emergência de uma crescente diversidade de formas de pensar e praticar o planejamento urbano. Cada uma dessas abordagens reflete um conjunto distinto de enfoques, prioridades, questões teóricas e métodos, que não apenas orientam as práticas, mas também questionam as premissas estabelecidas do campo. A seguir, será apresentada uma breve periodização do planejamento urbano moderno, desde sua vertente tradicional até uma abordagem crítica, com especial ênfase no compromisso do planejamento com a justiça social.

De acordo com Fainstein e DeFilippis (2016), a história tradicional do planejamento urbano moderno é frequentemente contada a partir de quatro períodos históricos: de 1800 até a Primeira Guerra Mundial; de 1920 a 1945; de 1945 a 1975; e de 1975 até o presente. O primeiro período é considerado formativo, caracterizado pela atuação de pioneiros que ainda não se titulavam como planejadores, mas cujos esforços estavam voltados para a realização das concepções modernas de cidades, com sistemas eficientes, espaços imponentes e bem planejados. Exemplos desse período incluem os projetos de Haussmann em Paris e de Daniel Burnham em Chicago. No segundo período, entre 1920 e 1945, ocorre a institucionalização e profissionalização do planejamento, com uma crescente ênfase em processos, regras, planos e mapas. Esse momento foi marcado por grandes transformações sociais e econômicas, influenciadas pela Primeira Guerra Mundial e pela Crise de 1929, que resultaram em modelos de planejamento voltados para a eficiência e a racionalização das cidades industriais. O terceiro período, entre 1945 e 1975, caracteriza-se por uma crise nas práticas e teorias do planejamento, quando novos enfoques começaram a emergir para lidar tanto com problemas urbanos quanto com tensões sociais. O planejamento, nesse momento, passou a incluir abordagens militares e do setor privado, com foco em metas concretas. Contudo, essas abordagens hierárquicas e dominantes geraram críticas, dando origem a modelos alternativos, como o planejamento comunicativo¹, e o planejamento advocatício². O quarto período, a partir de 1975, é marcado pela redefinição do papel do planejador em relação ao setor privado, com ênfase na mediação e na estratégia.

Para Fainstein e DeFilippis (2016), essa narrativa histórica é frequentemente utilizada em cursos e textos introdutórios, contribuindo para a compreensão das múltiplas origens técnicas, estéticas, políticas e sociais do planejamento. No entanto, essa perspectiva apresenta limitações, pois tende a retratar o passado de maneira acrítica, consolidando o planejamento como um campo disciplinar e profissional dominado por uma visão hegemônica.

Em contraposição a narrativa tradicional, emergem novas leituras do planejamento urbano que apresentam um enfoque mais crítico sobre o passado. Uma delas é proposta por Peter Marcuse (2016), que sistematiza as principais correntes teóricas do planejamento urbano, a partir de suas implicações sociais, políticas e econômicas. Essas correntes incluem: a abordagem diferencial ou tecnicista, a abordagem reformista e a abordagem da justiça social, sendo todas elas flexíveis e muitas vezes permeadas umas pelas outras.

A primeira, a abordagem tecnicista ou diferencial, é tradicionalmente associada ao campo da engenharia e tem como foco a ordem, funcionalidade e eficiência. Com uma visão conservadora, o planejador especialista utiliza ferramentas técnicas para garantir o pleno funcionamento da ordem econômica, política e social. Nesse modelo, o componente social do planejamento só é levado em conta quando está relacionado à eficiência do mercado. Estão inseridos nessa abordagem o Planejamento Científico, o Planejamento do Projetista ou de Design, o Planejamento Contratual e o Planejamento de Processo, todos marcados pela busca pela eficiência.

A abordagem reformista, por sua vez, preocupa-se com as externalidades físicas da industrialização, enfocando o bem-estar social. Ela se consolidou como a principal forma de dissidência dentro do planejamento urbano, tendo suas raízes na preocupação com a higiene e a prevenção de epidemias. Embora seja fundamentada em valores sociais, essa abordagem considera que as mudanças necessárias não podem ser realizadas dentro das estruturas do sistema social, político e econômico existentes. Assim, suas reformas são limitadas em alcance, tanto em natureza quanto em escala. Embora se diferencie do tecnicismo, ao tentar mitigar as desigualdades sociais, essa abordagem limita-se a análises locais e não propõe transformações profundas nas estruturas de poder vigentes.

A abordagem da justiça social, finalmente, está voltada para os custos humanos das populações afetadas pela rápida urbanização e industrialização. Ela critica as relações sociais e os arranjos institucionais urbanos, propondo alternativas abrangentes que considerem as perspectivas dos grupos historicamente subalternizados. Nessa abordagem, os atores sociais não são apenas convidados a participar, mas são convocados a tomar parte ativa no processo de decisão. Marcuse (2016) identifica diferentes vertentes dentro dessa abordagem, como o Planejamento de Princípios Éticos/Culturais, o Planejamento Baseado na Comunidade, o Planejamento Radical ou Crítico e o Planejamento Utópico. O Planejamento de Princípios enfatiza os valores fundamentais que devem orientar o planejamento, propondo ações para atendê-los e alternativas que vão além dos paradigmas dominantes. Essa vertente é conhecida também como planejamento transativo, comunicativo, multicultural, entre outros, mas enfrenta críticas por sua dificuldade em se traduzir em práticas concretas. O Planejamento Baseado na Comunidade é uma combinação entre Planejamento Radical e Planejamento Utópico, que visa uma transformação idealizada através de reformas. O Planejamento Radical, por sua vez, se distingue por confrontar os sistemas de poder, buscando mudanças estruturais profundas e de longo alcance. O Planejamento Utópico, por fim, foca nos ideais e propõe uma revisão completa dos arranjos sociais, políticos e econômicos vigentes.

Essas abordagens mostram a complexidade e a multiplicidade do planejamento urbano, desafiando as visões tradicionais e abrindo espaço para a construção de alternativas mais inclusivas e socialmente justas.

O campo do planejamento urbano, assim como muitas outras áreas do conhecimento, tem raízes profundas nas lógicas coloniais. Sua descolonização exige um processo de transformação estrutural, tanto nas práticas de planejamento quanto na própria base epistemológica que fundamenta a produção e a aplicação do conhecimento. A abordagem da justiça social, ao se integrar a esse processo de descolonização, propõe uma reavaliação das práticas e objetivos do planejamento, com ênfase na equidade e na redistribuição de recursos e oportunidades para grupos historicamente subalternizados. A seguir, serão abordados alguns autores que questionam as concepções tradicionais do planejamento, desafiam a ideia de uma suposta racionalidade e neutralidade do campo e contribuem para a construção de modelos alternativos, mais inclusivos, participativos e adaptados às realidades locais. Essas abordagens estão associadas à perspectiva crítica e pós-colonial do planejamento, que destaca a justiça social como princípio fundamental.

Uma das críticas centrais levantadas pelos teóricos dessa abordagem refere-se às deficiências teóricas e historiográficas do campo. Leonie Sandercock (1998) é uma das autoras que questiona as narrativas históricas dominantes, as quais, segundo ela, se limitam a uma descrição quase exclusiva da ascensão da profissão, sua institucionalização e suas conquistas. Embora a história da profissão seja marcada por um ecletismo em relação aos seus heróis e fundadores — como Ebenezer Howard, Patrick Geddes, Le Corbusier, Daniel Burnham, Frederick Olmsted e Robert Moses —, esses personagens são frequentemente retratados dentro de um consenso que vê o planejamento como um feito heroico e progressista, negligenciando suas falhas e questões ideológicas, como classe, gênero e etnia.

Como exemplo, Sandercock (1998) cita dois grandes clássicos do planejamento: *American City Planning Since 1890*, de Mel Scott, que descreve o planejamento como um processo evolutivo de consolidação de ideias sobre o campo legislativo, e *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning*, de Peter Hall, que identifica temas recorrentes como favelas, reformas higienistas, cidade-jardim, cidade bela, planejamento regional, a cidade corbusiana das torres e a cidade automobilística. Segundo Sandercock, essas obras colocam luz para duas deficiências fundamentais das correntes historiográficas modernistas: a primeira diz respeito ao objeto da história do planejamento e a segunda aos seus sujeitos. Pois, segundo ela, ao definir o planejamento exclusivamente como profissão, ele se torna sinônimo de heroísmo, das grandes figuras e realizações. Ao vê-lo como uma construção comunitária, abre-se espaço para narrativas mais inclusivas e uma história mais ampla, que destaca os protagonistas invisibilizados e suas alternativas de planejamento. São essas histórias feministas, pós-coloniais, étnicas e culturais que desempenham um papel essencial na recuperação de vozes silenciadas e na mudança do centro de gravidade epistemológico do campo (SANDERCOK, 1998).

Embora o planejamento tenha sido historicamente associado à construção da cidade e da nação por meio do Estado, sempre existiram tradições alternativas, muitas vezes em oposição ao aparato estatal. Para Sandercock (1998), existem três grandes razões para o

desprezo histórico pela tradição de construção de comunidade. A primeira se refere ao racismo, que por muito tempo foi mascarado pelo mito da democracia racial. A segunda diz respeito à diferença de enfoques entre as duas tradições: enquanto o planejamento dominante estava centrado na transformação do ambiente físico, a tradição de construção de comunidade estava mais voltada para as questões econômicas, o trabalho social, a prestação de serviços urbanos e a política coletiva. Por fim, a terceira razão se refere ao fato de que a história da construção comunitária não glorifica os profissionais de planejamento, mas evidencia a capacidade de planejamento das pessoas comuns (SANDERCOK, 1998).

Libby Porter (2010) reforça essa visão crítica ao examinar o processo de descolonização do planejamento, tanto no campo teórico quanto prático. A autora promove uma análise de como as dinâmicas coloniais de planejamento afetaram e continuam a influenciar diversos territórios ao redor do mundo, com um especial foco nas antigas colônias britânicas, mais especificamente nos estados da Austrália, Aotearoa (Nova Zelândia), Estados Unidos e Canadá. Porter defende que, apesar da existência de diversas abordagens que reconhecem a presença de múltiplos atores e uma dinâmica multicultural em torno do planejamento, elas costumam ignorar uma questão central: a cultura. Isso porque o planejamento não apenas organiza o espaço físico, mas também molda e transforma identidades e relações de poder por meio de culturas espaciais que excluem certas identidades enquanto legitimam outras. Isso implica que a questão fundamental não reside apenas na inclusão de novos atores como planejadores, embora isso seja necessário, mas sim em como o planejamento é construído discursivamente e impõe suas práticas sobre os espaços vividos.

Porter (2010) identifica duas grandes categorias associadas às origens do planejamento urbano: o "desenvolvimento progressivo" e a "política-economia". A primeira associa o planejamento às necessidades geradas pela urbanização rápida, enquanto a segunda vê o planejamento como um mecanismo do Estado para resolver os conflitos subjacentes ao desenvolvimento urbano capitalista. Ambas as abordagens, segundo Porter, tendem a ignorar as desigualdades históricas e as estruturas de poder. Para enfrentar essa questão, a autora propõe deslocar as teorias e histórias do planejamento do centro imperial para as antigas colônias, que funcionaram como verdadeiros laboratórios da modernidade. Assim, ela argumenta que o planejamento territorial começou a ser desenvolvido nos territórios coloniais muito antes da institucionalização da ciência do planejamento. A hierarquização dos corpos nas colônias foi um dos primeiros trabalhos realizados pelos colonizadores, que viabilizavam a posse da terra por meio da classificação de certos povos como "primitivos" e outros como "civilizados". Paralelamente, usavam-se mecanismos como a construção de mapas cadastrais para tornar o território legível, racional e conquistável. Nesse contexto, a terra foi colonizada e despossuída por meio de práticas que hoje chamamos de planejamento, evidenciando a cumplicidade entre o planejamento territorial e as práticas de despossessão e diferenciação adotadas pelos colonizadores (PORTER, 2010).

Outro elemento apontado pelas abordagens pós-coloniais é a incapacidade do planejamento de promover práticas eficazes, o que frequentemente resulta em uma má utilização dos instrumentos de planejamento, de forma descontextualizada, acentuando desigualdades. Nesse sentido, Miraftab (2016) evidencia uma verdadeira crise de identidade e legitimidade do planejamento, em razão da desconexão entre os objetivos declarados e os resultados obtidos. Tais crises não indicam o fim do planejamento, mas, ao contrário, abrem uma oportunidade para imaginar um futuro radicalmente diferente, mais justo, e que promova um urbanismo mais humano (MIRAFTAB, 2016). Para isso, a autora defende uma virada ontológica e epistemológica nas teorias do planejamento, ampliando o reconhecimento de práticas sancionadas para além do Estado e dos poderes corporativos. O campo emergente se configura a partir de diferentes denominações, Miraftab (2016), intitulada por planejamento insurgente. Nesse contexto, comunidades locais se organizam para atender às suas próprias necessidades, muitas vezes buscando subverter as estruturas de poder dominantes.

O planejamento insurgente se baseia em uma nova compreensão de justiça, fundamentada na noção de inclusão autodeterminada, associada à democracia participativa. Trata-se de uma perspectiva que, de forma natural, promove uma ruptura ontológica com a noção liberal de inclusão, que tem orientado grande parte do planejamento profissional. Além disso, implica uma transformação do sujeito da teoria, visto que os profissionais do planejamento insurgente se tornam apenas mais um entre os diversos atores que compõem o campo de atuação. Segundo Miraftab (2016), esses atores estão presentes em dois tipos de espaços: os "espaços convidados", que são abertos oficialmente pelos governos e instituições de poder, e os "espaços inventados", locais de ação e resistência oriundos do ativismo (MIRAFTAB, 2016).

Enquanto o colonialismo e o capitalismo neoliberal promovem um apagamento histórico coletivo, o planejamento insurgente busca o resgate dessas histórias, inclusive de histórias orais que foram marginalizadas. É essa capacidade de resgate, e de olhar para os territórios subalternizados sob uma outra perspectiva, do reconhecimento de suas próprias regras e princípios, que Miraftab (2016) aponta estar o potencial descolonizador do planejamento. Em síntese, a autora aponta para a necessidade de repensar as abordagens tradicionais de planejamento, por meio de alternativas que surgem de baixo para cima, visando recuperar o idealismo de uma sociedade mais justa (MIRAFTAB, 2016).

Com influência sobre os países do Sul Global, que frequentemente são retratados como áreas de grande fracasso das práticas de planejamento, alguns autores propõem uma nova narrativa para os territórios subalternizados, a partir da perspectiva insurgente e radicalizante, como as comunidades palestinas em Israel (YIFTACHEL, 2012) e as populações marginalizadas na Índia (ROY, 2009).

As análises de Yiftachel (2012) promovem um novo olhar sobre a geografia política dos beduínos indígenas da região de Bersheba, onde Israel busca constantemente judaizar e

colonizar. Para tanto, são acionadas epistemologias estruturais que visam compreender como o espaço, o poder e o desenvolvimento criam uma cidadania urbana, além de classes e identidades. Nessa perspectiva, as zonas de precariedade nas quais os beduínos vivem, sob constante ameaça de despejo, demolição ou repressão, são denominadas pelo autor de "espaços cinzas". Trata-se de áreas não integradas que existem parcialmente fora da supervisão das autoridades estaduais e dos planos das cidades. Longe de serem subjugados, esses territórios são marcados por mobilizações, auto-organização, negociação e empoderamento. Para interpretar a dinâmica do "espaçamento cinza", o autor se baseia em um amplo corpo teórico, com especial ênfase nas abordagens de inspiração gramsciana e nas teorias da urbanização neocolonial. Dentro da perspectiva gramsciana, a articulação é um conceito-chave que remete ao processo pelo qual as posições de classe e as formas culturais se combinam na construção de identidades coletivas, durante as lutas e negociações sobre poder e recursos. Os complexos processos de articulação radicalizada dos beduínos envolvem diversas práticas, movimentos, discursos e mobilizações, das quais Yiftachel destaca três principais: a perseverança, paciência e determinação das comunidades que persistem em sobreviver em áreas marginalizadas ou consideradas ilegais pelo planejamento urbano; a construção de memória e fortalecimento das identidades locais, essenciais para a preservação da cultura e das tradições de cada comunidade; e, por fim, a transformação da subjetividade, expressa na organização e mobilização política, com ênfase na criação de instituições autônomas que formulam e implementam suas próprias agendas, estreitamente conectadas com as necessidades e aspirações das comunidades. Uma tendência notável é o fortalecimento de iniciativas que visam empoderar as comunidades, assegurando que suas vozes e demandas sejam ouvidas e atendidas de forma independente das estruturas tradicionais de poder.

Anaya Roy (2009), por sua vez, desenvolve a concepção de urbanismo subalterno, buscando romper com a forma pela qual as cidades do Sul Global são estudadas e representadas em pesquisas urbanas. Em suas análises, ela utiliza o conceito gramsciano de "subalterno", entendendo-o como um espaço da diferença, o que contraria as narrativas pessimistas que geralmente marcam as análises sobre essas regiões. Tais "espaços da diferença" são discutidos por Roy a partir de quatro categorias centrais. A primeira é a periferia, que reside tanto num espaço produzido por intervenções humanas e urbanas quanto num território potencialmente gerador de inovação e adaptação. Ou seja, não se trata de um mero local dos despossuídos, mas de um território propício para uma política urbana antecipatória. A segunda categoria é a informalidade urbana, que, além de ser condição de sobrevivência dos despossuídos, também se traduz em um urbanismo transgressor, que rompe com as tradicionais noções de propriedade. É importante destacar que essa condição de urbanização informal não é exclusiva das áreas pobres, mas se encontra também nas áreas ricas, o que muda é apenas o critério utilizado para definir o que é ou não ilegal. Pois segundo Roy, há uma dinâmica de valorização das informalidades da elite e de criminalização das informalidades do subalterno. A informalidade urbana permite compreender como a

favela é produzida, em contraposição à cidade burguesa e às práticas estatais de planejamento. Nesse sentido, a autora evidencia que a informalidade urbana serve como uma ferramenta de desconstrução da legitimidade do Estado. A terceira categoria, intitulada de Zonas de Exceção é utilizada para compreender a ação diferencial do Estado-nação sobre determinados territórios que não estão formalmente inseridos nas dinâmicas normativas do planejamento urbano tradicional. Nessas zonas, os direitos são severamente restritos ou suspensos, dependendo da situação. Esse conceito contribui para refletir sobre como as práticas urbanas tradicionais colaboram para a segregação das populações marginalizadas. Por fim, a categoria de "espaços cinzas", inicialmente proposta por Yiftachel (2012) e revisitada por Roy, designa os territórios que se situam entre o legal e o ilegal, ou seja, que são aceitos e ao mesmo tempo discriminados por práticas de destruição, expulsão ou eliminação.

Essas quatro categorias, quando combinadas, oferecem uma compreensão profunda das múltiplas dimensões da desigualdade urbana e de como as políticas neoliberais de governança e urbanização no Sul Global contribuem para a criação, perpetuação e intensificação da segregação e exclusão das populações mais vulneráveis. As periferias e os espaços informais, muitas vezes, são formados pela informalidade urbana, resultado da falta de acesso à moradia formal e emprego. As zonas de exceção surgem em contextos de violência ou repressão política, e os espaços cinzentos representam a zona intermediária entre a formalidade e a informalidade, um espaço de interações complexas e frequentemente de negociação. Tais categorias fornecem uma lente crítica através da qual Roy analisa a urbanização desigual no Sul Global, especialmente nas grandes metrópoles, e como as formas de governança urbana não só produzem, mas também reforçam as hierarquias sociais e espaciais nas cidades (ROY, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, este trabalho buscou estabelecer conexões entre a colonialidade global e o campo do planejamento urbano, abordando tanto aspectos teóricos quanto práticos. A partir da análise da categoria de colonialidade, foi possível evidenciar que o processo de descolonização global não se limita à simples remoção das administrações coloniais. Trata-se de um processo profundo de reavaliação das relações de poder, identidade e conhecimento. Ao questionar as narrativas hegemônicas, como as presentes no planejamento urbano, o trabalho propôs uma reconfiguração desse campo, com a defesa pela inclusão de saberes periféricos e subalternizados, oriundos de povos historicamente marginalizados.

As abordagens críticas e pós-coloniais, como as de Sandercock (1998), Porter (2010), Roy (2005), Yiftachel (2009) e Mirafteb (2016), reforçam o argumento central deste estudo através da proposição de abordagens inclusivas e sensíveis às dinâmicas de poder e desigualdade. O que não significa que o processo de descolonização do planejamento se

traduza na rejeição das práticas tradicionais, trata-se da ampliação do olhar para a diversidade de experiências e saberes locais. Isso permite que novas perspectivas e atores desempenhem um papel central no processo de construção do espaço. Ao trazer à tona essas dissidências epistemológicas, o artigo ressalta a importância de desenvolver um pensamento crítico que desafie a hegemonia do conhecimento eurocêntrico e abra caminhos para a construção de epistemologias mais inclusivas no planejamento urbano.

Portanto, a descolonização do planejamento surge não apenas como uma reinterpretação de práticas existentes ou como a inclusão de novos atores no campo, mas também como uma possibilidade de transformação profunda, que potencializa a construção de cidades mais justas e equitativas. Se, no início, questionamos os impactos da remoção do centro de gravidade da narrativa eurocêntrica em nossa compreensão histórica e cultural, agora, a partir da categoria de colonialidade e suas dissidências, é possível entender como ela implica numa complexa reconfiguração das relações de poder. O que possibilita a abertura de novos caminhos por meio do fortalecimento dos saberes locais, marginalizados e oprimidos. No contexto brasileiro, isso significa considerar o resgate de práticas periféricas, de comunidades tradicionais indígenas, caiçaras, quilombolas e de outros povos historicamente marginalizados.

Dito isso, concluo a reflexão com os seguintes questionamentos e desafios que precedem o desenvolvimento da pesquisa: como promover a investigação, recuperação e legitimação desses saberes locais já que muitos deles são realizados de modo informal, descentralizados e, sob alguns aspectos, desorganizados, o que dificulta a sua documentação e sistematização? Como incorporá-los as práticas de planejamento urbano, sem que haja um cooptação? Que instrumentos utilizar para garantir que os povos historicamente marginalizados, passem efetivamente a ocuparem os espaços de poder no planejamento urbano, para além da representação?

REFERÊNCIAS

DAVIDOFF, P. Advocacy and pluralism in planning. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 31, p. 331-338, 1965.

FAINSTEIN, Susan S.; DEFILIPPIS, James. **Readings in planning theory**. 4. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2016.

FRIEDMAN, John. **Planning in the public domain: from knowledge to action**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 383-418.

FORESTER, J. **Planning in the face of power**. Berkeley, CA: University of California Press, 1989.

LIBBY, Porter. **Unlearning the colonial cultures of planning**. Aldershot: Ashgate, 2010.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, p. 363-377, set./dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/iDAsoR>. Acesso em: 4 out. 2024.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonización del poder**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

ROY, Ananya. Urban informality: toward an epistemology of planning. **Journal of the American Planning Association**, v. 71, n. 2, p. 147-158, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/xyv1Lk>. Acesso em: 4 out. 2024.

SANDERCOCK, Leonie. Introduction: framing insurgent historiographies for planning. In: SANDERCOCK, Leonie (Org.). **Making the invisible visible: a multicultural planning history**. Berkeley: University of California Press, 1998. p. 1-33.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisitado**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 777-821.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. Introdução, p. 9-19.

WATSON, Vanessa. **'The planned city sweeps the poor away...'**: urban planning and 21st century urbanisation. *Progress in Planning*, v. 72, n. 3, p. 151-193, 2009.

YIFTACHEL, Oren. **Critical theory and 'grey space'**: mobilization of the colonized. *City*, v. 13, n. 2-3, p. 246-263, 2009.

¹ Planejamento comunicativo (*communicative planning*) é uma abordagem presente na obra de John Forester (1989) *Planning in the Face of Power*, na qual o autor posiciona os planejadores como mediadores de conflitos de interesse, em vez de prescritores de soluções.

² Planejamento advocatício (*advocacy planning*) é uma abordagem mais democrática, inclusiva e equitativa do que as anteriores, tendo sido cunhada por Paul Davidoff (1965) em sua obra *Advocacy and pluralism in planning*.